



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Ata da 3ª. Audiência Pública da Comissão de Finanças e Orçamento em cumprimento ao Artigo 9º., parágrafo 4º. da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, convocada através de Edital de Convocação do dia 06 de maio de 2025. Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de maio de 2025, às 8:52 horas (oito horas e cinquenta e dois minutos), na Sala Vereador Raimundo de Almeida Lima, à Rua Maurício Barbosa Tavares Elias nº. 314, presente o Vereador Sr. Carlos Roberto Marques Júnior – Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento. Ausentes o Vereador Sr. Devanir Candido de Andrade – Vice-Presidente da Comissão e o Vereador Sr. Volnei Galvão – Membro da Comissão. Presente na Audiência representando o Poder Executivo o Sr. Agenor Pereira de Camargo – Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária, a Sra. Livia Rosso Siqueira – Secretária da Fazenda, e o Sr. Eli Valentin Viana – Secretário de Administração. A seguir o Sr. Presidente comunicou que a Audiência Pública contava com a participação presencial do Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, do representante do Poder Executivo Municipal, do Presidente da Câmara Vereador Paulo César Dias de Moraes e seria transmitida ao vivo através da plataforma e-Democracia que poderia ser acessada através do portal da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna, possibilitando a participação dos demais interessados. Após o Sr. Presidente comunicou que a Audiência Pública foi convocada com a finalidade do representante do Poder Executivo na data apresentar a Demonstração e Avaliação do cumprimento das metas fiscais do quadrimestre janeiro, fevereiro, março e abril de 2025, conforme disposto no Artigo 9º. parágrafo 4º. da Lei de Responsabilidade Fiscal. A seguir o Sr. Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento Vereador Carlos Roberto Marques Júnior informou que os documentos referente a Audiência Pública foram entregues pelo representante do Poder Executivo Sr. Agenor Pereira de Camargo, e em seguida o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento passou a palavra ao Sr. Agenor Pereira de Camargo – Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária. Usando da palavra o Sr. Agenor Pereira de Camargo cumprimentou os presentes e disse que iria explanar um resumo dos números do primeiro quadrimestre do exercício de 2025, com os dados publicados nas páginas 10 a 28 da Imprensa Oficial da Estância Turística de Ibiúna, edição nº. 1124 do dia 23 de maio de 2025. Representando nesta oportunidade, o Poder Executivo Municipal, na qualidade de Secretário Municipal do Município de Ibiúna, vinha apresentar o Relatório de Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais, do 1º. quadrimestre de 2025, com vistas ao cumprimento do § 4º. do art. 9º. da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que determina que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública, na Comissão Mista Permanente das Casas Legislativas estaduais e municipais. Dessa forma, com base em demonstrativos elaborados, passou à análise do comportamento das metas fiscais, considerando o desempenho da execução orçamentária e financeira no 1º. quadrimestre de 2025. Os dados são originários do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal, estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e dos Balancetes da Receita e Despesa do sistema contábil da Prefeitura de Ibiúna. **1 – Resultado Primário.** O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Município de honrar o pagamento de sua dívida. Através dele, demonstra-se o grau de autonomia do Município.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Tabela 1

Demonstrativo do Resultado Primário

R\$ 1,00

Descrição	Previsão 2025	Realizado até o 1º Quadrimestre 2025	
		Previsão 1º Quadr.	Exec. 1º Quadr.
1 Receitas Primárias Correntes	383.627.001,00	127.875.667,00	140.635.558,74
2 Receitas Primárias de Capital	1.694.000,00	564.667,00	1.895.806,09
3 Receita Primária (1 + 2)	385.321.001,00	128.440.334,00	142.531.364,83
Descrição	Previsão 2025	Realizado até o 1º Quadrimestre	
		Previsão 1º Quadr.	Exec. 1º Quadr.
4 Despesas Primárias Correntes	333.874.184,14	111.291.394,71	99.154.923,93
5 Despesas Primárias de Capital	38.018.937,46	12.672.979,15	2.904.248,87
6 Reserva de Contingência	3.500.000,00		
7 Despesa Primária Total	375.393.121,60	123.964.373,86	102.059.172,80
Resultado Primário (3 - 7)			40.472.192,03

Superávit

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (Anexo 6)



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

2. Execução Orçamentária – RECEITAS

2.1 Receitas Totais

Tabela 2

Balanco Orçamentário da Receita

R\$ 1,00

Receitas	Previsão 2025	Realizado até o 1º Quadrimestre	
		2025	% Realizada
Receitas Correntes	384.906.000,00	141.296.197,49	36,71%
Impostos, Tx. E Contr. Melh.	97.464.000,00	38.828.258,57	39,84%
Receitas Contribuições	12.579.000,00	3.875.189,89	30,81%
Receitas Patrimoniais	1.348.000,00	674.595,31	50,04%
Receitas Serviços	36.000,00	0,00	0,00%
Transferências Correntes	271.100.001,00	96.077.577,51	35,44%
Outras Receitas Correntes	2.381.000,00	416.287,25	26,07%
		1.840.576,21	77,30%
Operação de Credito	410.985,15	1.520.481,16	13,32%
Alienação de Bens	4.000,00	-	-
Transferências de Capital	690.000,00	1.895.806,09	112,18%
Total da Receita	398.012.986,15	144.712.484,74	36,36%

**Receitas de
Capital**

Fonte: Balanço
Orçamentário - Relatório



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Resumido da Execução Orçamentária (Anexo 1)

2.2 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Tabela 3

Receita Corrente Líquida até o 1º Quadrimestre/2025

Receita Corrente Líquida	Previsão Atualizada 2025	Total acumulado dos últimos Doze meses (05/24 a 04/25)
--------------------------	--------------------------	--

Receitas Correntes (I)

419.668.375,00

400.162.041,41

Administração Direta/Indireta

419.668.001,00

400.162.041,41

Deduções (II)

34.760.000,00

34.991.450,48

Dedução de Receitas para o FUNDEB

34.760.000,00

34.991.450,48

RCL ajustada p/calc.limites de Endivid.(III)

384.908.001,00

365.170.590,93

Transf. da União Rem.Ag.Com.Saúde

2.950.000,00

1.595.214,00

Aj. p/ calc limites Deps Pes.

381.958.001,00

363.575.376,93

Fonte: Demonstrativo da
Receita Corrente Líquida
- Relatório Resumido da
Execução Orçamentária
(Anexo 3)

**Receita
Corrente Líq.**



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

3. DESPESAS

3.1. Despesas Totais

Tabela 4

Balanço Orçamentário da Despesa

R\$ 1,00

Despesas	Dotação Atualizada 2025	Despesas Liquidadas até o 1º Quad. 2025	
		Valor	% realização
Despesas Correntes	333.874.184,14	97.928.240,37	29,33%
Pessoal e Encargos Sociais	179.181.000,00	52.009.165,03	29,03%
Outras Despesas Correntes	154.693.184,14	45.919.075,34	29,68%
Despesas de Capital	67.028.937,46	10.418.511,87	15,54%
Investimentos	37.983.937,46	840.873,63	2,21%
2 Inversões Financeiras	35.000,00	-	0,00%
Amortização da Dívida	29.010.000,00	9.577.638,24	33,01%
Reserva de Contingencia	3.500.000,00		- 0,00%
Total das Despesas	404.403.121,60	108.346.752,24	26,79%

Fonte: Balanço Orçamentário - Relatório Resumido da Execução Orçamentária (Anexo 1)

[Handwritten signatures and marks]



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Tabela 5

Resultado Orçamentário

	Realizada	Liquidada	Valor	%
Administração Direta*	144.712.484,74	108.346.752,24	36.365.732,50	25,13%
Administração Indireta	-	-	-	0,00%
Totais	144.712.484,74	108.346.752,24	36.365.732,50	25,13%

* Prefeitura e Câmara

(Superávit)

Fonte: Balanço Orçamentário - Relatório Resumido da Execução Orçamentária (Anexos 1 e 14)



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

5. DESPESAS COM PESSOAL E LIMITES

Tabela 6

Despesa total com Pessoal: Receita Corrente Líquida

R\$ 1,00

Poder	Despesa Total Acumulada 12 meses	% Realizado (DTP sobre a RCL)	Limite de Alerta	Limite Prudencial	Limite Máximo
Executivo	150.780.137,43	41,47 %	48,60	51,30	54,00
Total	150.780.137,43	41,47 %	48,60	51,30	54,00

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo Despesa com Pessoal (Anexos1 e 6)

→ Valor Receita Corrente Líquida em 30/04/2025
(acumulada 12 meses):

363.575.376,93

Lúcio



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

6. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB

Tabela 7

Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

Especificação	Valor Apurado	Limites Constitucionais	
		% Mínimo a Aplicar	% Aplicado
Total da Receita de Impostos	106.842.833,80	26.710.708,45	18.523.782,83
		25,00%	17,34%
Receitas do FUNDEB	24.020.061,25		
Transferência	23.919.656,91		
Aplicação Financeira	100.404,34		
Despesa - Mínimo 70% do FUNDEB na			20.024.502,43
Remuneração dos Prof. Da Educação	16.814.042,88	70,00%	83,37%
Despesa - Mínimo 90% do FUNDEB			23.754.809,55
Total	21.618.055,12	90,00%	97,62%

Fonte: Quadra de Aplicação no Ensino- RREO (Anexos 8 e 14)



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Tabela 8

Aplicação dos Recursos Próprios em Saúde

R\$ 1,00

Especificação	Valor Apurado	Limites Constitucionais	
		% Mínimo a Aplicar	% Aplicado
Total da Receita de Impostos	106.842.833,80		30.955.207,60
Despesa Próprias com Ações de Saúde	16.026.425,07	15,00%	28,97%

Fonte: Quadra 5 - Aplicação dos Recursos Próprios em Saúde

[Handwritten signatures and marks]



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

8. DÍVIDA PÚBLICA

Tabela 9

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

R\$ 1,00

Especificação	Saldo 2024	Saldo 30/04/2025	Resultado Nominal
(+) Dívida Consolidada	144.328.846,88	138.481.989,60	
(-) Disponibilidade de Caixa	11.043.535,25	44.634.731,31	
(-) Demais Haveres Financeiros	8.466.227,15	12.110.882,57	
(+) Restos a Pagar	65.554.441,74	43.560.832,58	
(+) Depósitos Restituíveis	6.590.225,38	6.982.647,38	
(=) Dívida Consolidada Líquida	196.963.751,60	132.279.855,68	
Dívida Fiscal Líquida	196.963.751,60	132.279.855,68	46.004.765,38
Receita Corrente Líquida Ajustada p/Limite de Endividamento	356.995.697,08	365.170.590,93	
Resultado	55,17%	36,22%	

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal – RGF (Anexo 2)

O Resultado Nominal representa a diminuição da Dívida ocorrida no 1º quadrimestre de 2025



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

9. CONCLUSÃO

Os resultados alcançados demonstram a situação econômico-financeira e a manutenção do equilíbrio fiscal do Município de Ibiúna até o 1º quadrimestre de 2025.

Conforme foi demonstrado tivemos o seguinte resultado orçamentário:

Poder / Órgão	Receita	Despesa	Resultado	
	Arrecadada	Liquidada	Valor	%
Administração Direta*	144.712.484,74	108.346.752,24	36.365.732,50	25,13%
Administração Indireta	-	-	-	0,00%
Total	144.712.484,74	108.346.752,24	36.365.732,50	25,13%

Foram cumpridos TODOS os índices constitucionais como Educação, Fundeb, Saúde e Pessoal.

Assim demos total cumprimento ao §4º, do art. 9º da Lei Complementar 101/2000(LRF), demonstrando e avaliando o cumprimento das metas fiscais no 1º quadrimestre de 2025.

Ibiúna, 28 de maio de 2025

Agenor Pereira de Camargo

Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Orçamentária



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Feita a apresentação dos dados do primeiro quadrimestre o Sr. Agenor Pereira de Camargo colocou-se à disposição para maiores esclarecimentos. A seguir o Sr. Presidente da Comissão Vereador Carlos Roberto Marques Júnior passou a palavra ao Vereador Paulo César Dias de Moraes para fazer seus questionamentos ao Sr. Agenor Pereira de Camargo. Usando da palavra o Vereador Paulo César Dias de Moraes perguntou qual o valor gasto durante o quadrimestre com folha de pagamento, mais especificamente no mês de abril, e quanto dos 25% do orçamento que devem ser gastos na Educação já foram utilizados. Retomando a palavra o Sr. Agenor Pereira de Camargo disse que em abril o valor das folha de pagamento foi de R\$ 13.000.000,00 com encargos, líquido de R\$ 8.000.000,00. Foram gastos cerca de 17,34% do orçamento na Educação, pois no início do ano os processos licitatórios são muito morosos e tem que gastar muito para cumprir o percentual. Usando da palavra o Vereador Carlos Roberto Marques Júnior perguntou destes R\$ 13.000.000,00 qual o percentual da Educação na folha de pagamento. Retomando a palavra o Sr. Agenor Pereira de Camargo respondeu em torno de R\$ 5.000.000,00. Usando novamente da palavra, o Vereador Carlos Roberto Marques Júnior afirmou que consta do relatório um superávit primário de R\$ 40.000.000,00 e perguntou se inclui o que foi pago de restos a pagar, ao que o Sr. Agenor Pereira de Camargo respondeu que sim, porém esse valor inclui limites vinculados e não vinculados e por isso não é um valor disponível imediatamente, mas que existe R\$ 50.000.000,00 em caixa para pagar contas respeitando a ordem cronológica dos vencimentos. O Vereador Carlos Roberto Marques Júnior observou que houve previsão de receita abaixo do arrecadado e previsão de despesa acima do realizado no primeiro quadrimestre, ou seja um saldo maior do que o previsto, e questionou o que seria a Reserva de Contingência de R\$ 3.500.000,00 discriminada na previsão de receita. Retomando a palavra, o Sr. Agenor Pereira de Camargo disse que trata-se de 1,2% da receita que o Governo solicita que seja reservado para futuras despesas de emergência, e que até agora não foi utilizada. Usando da palavra o Vereador Carlos Roberto Marques Júnior comemorou que os salários dos funcionários da Prefeitura, inclusive os da Saúde, seriam pagos antecipadamente no corrente mês, dia 30 de maio, em virtude da Festa de São Sebastião e que os resultados numéricos do quadrimestre são muito positivos, mas alertou para o percentual abaixo do previsto por lei com a Educação e que os investimentos devem aumentar para se chegar ao mínimo de 25% ao longo dos próximos quadrimestres. Nesse intervalo o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento constou a presença do Vereador Charles Guimarães e passou a palavra ao mesmo para questionamentos. Usando a palavra, o Vereador Charles Guimarães se desculpou pelo atraso e perguntou sobre o valor total arrecadado no quadrimestre. Retornando a palavra o Sr. Presidente da Comissão informou ter anunciado no início da Audiência Pública, e que em respeito às pessoas que estavam presentes no horário não voltaria a assuntos já discutidos e apenas recordou os valores constantes do demonstrativo apresentado pelo Executivo referentes a receita e despesa totais no período. A seguir o Vereador Charles Guimarães perguntou sobre os cheques assinados pelo ex-prefeito Paulo Sasaki que não foram pagos pelo banco no início do ano por divergência de



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

assinatura. Retomando a palavra o Sr. Agenor Pereira de Camargo informou que está sendo feita a verificação junto à empresa para constatar se o serviço realmente foi feito para então regularizar o pagamento. Usando da palavra o Vereador Charles Guimarães apontou que já foi arrecadado por volta de R\$ 8.000.000,00 de taxa de iluminação e questionou se há algum empenho ou licitação para o conserto das luminárias nas ruas. Retomando a palavra o Sr. Agenor Pereira de Camargo disse que quem poderia responder sobre as ações relativas à iluminação pública seria o Secretário de Desenvolvimento Urbano, e que até abril foi arrecadado R\$ 3.900.000,00 de CIP, gasto com iluminação pública R\$ 1.455.000,00, restando em caixa R\$ 2.400.000,00 para serem gastos exclusivamente com o que for necessário em iluminação pública, e que o processo licitatório para iluminação está sendo realizado. Em seguida o Sr. Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento constou a presença do Vereador Lucas Pires de Moraes, este não tendo nenhum questionamento, o Sr. Presidente abriu a palavra para a assistência. Usando da palavra, o Sr. Renan Godinho presente na assistência perguntou se houve algum decreto ou lei complementar determinando a realização de algum tipo de auditoria no município; quando será pago o piso nacional da Educação e da Saúde, se há uma previsão. Retomando a palavra o Sr. Agenor Pereira de Camargo respondeu que sim, está sendo contratada uma empresa para fazer uma auditoria geral no município, e que o piso será pago, está vindo recurso do Governo Federal para realizar o pagamento. Após o Sr. Fernando Esteves presente na assistência perguntou sobre o motivo da paralisação das obras de infraestrutura, como exemplo citava o Teatro Municipal e o asfalto da Vargem do Salto, algumas verbas até já foram empenhadas, se esse dinheiro ainda está disponível ou já foi usado para alguma outra finalidade. Retomando a palavra o Sr. Agenor Pereira de Camargo respondeu que as verbas para tais obras, advindas de convênios, estão na conta e os pagamentos têm sido feitos de acordo com as medições da equipe de engenharia. Usando novamente a palavra o Sr. Presidente da Comissão perguntou sobre os valores de arrecadação do FPM, ICMS, IPTU e IPVA no quadrimestre. Usando da palavra o Sr. Agenor Pereira de Camargo passou os valores arrecadados de FPM – R\$ 25.669.227,00; ICMS – R\$ 31.049.000,00; IPTU – R\$ 21.452.000,00; IPVA – R\$ 14.580.000,00. Usando da palavra o Vereador Carlos Roberto Marques Júnior mencionou a arrecadação de FUNDEB de R\$ 24.000.000,00 e, somando os valores, concluiu que cerca de 75% da arrecadação do município vêm dessas fontes de receita; perguntou se os R\$ 30.000.000,00 aplicados em saúde no período inclui os repasses que vêm especificamente para a saúde. O Sr. Agenor Pereira de Camargo respondeu que sim, mas que há muito recurso que ainda não foi utilizado mas que está no saldo. Aproveitando o assunto da saúde, o Vereador Charles Guimarães apontou que o contrato com a empresa MEDLIFE foi renovado por sessenta dias e perguntou se alguém está fazendo a fiscalização do pagamento dos encargos trabalhistas pois, uma vez finalizado o contrato as dívidas trabalhistas passam a ser responsabilidade da Prefeitura. Relativo ao questionamento, o Sr. Agenor Pereira de Camargo afirmou que o Sr. Secretário da Saúde poderia respondê-lo na Audiência Pública da Saúde que será realizada em seguida. Usando da palavra o Sr. Presidente questionou



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

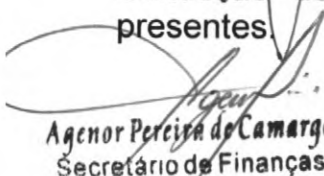
quanto de Restos a Pagar do ano passado foi pago até o fim do primeiro quadrimestre; e em quanto fechou a Dívida Consolidada ao final do período. Retomando a palavra o Sr. Agenor Pereira de Camargo informou que foram pagos R\$ 22.000.000,00 de Restos a Pagar e que a Dívida Consolidada se encontra na casa de R\$ 189.000.000,00, sendo que houve uma redução de R\$ 27.000.000,00 do início do ano até o fim do primeiro quadrimestre. A seguir o Sr. Presidente passou a palavra à Secretária Lívia Rosso Siqueira onde informou que a arrecadação de IPTU ainda está baixa, mas será feito um trabalho de Georreferenciamento a fim de identificar imóveis irregulares que levará ao aumento da arrecadação, muitas áreas não constam construção. Usando da palavra o Vereador Charles Guimarães perguntou se há um projeto de revisão da Planta Genérica do Município, lembrando que o atual Prefeito foi uma das pessoas que no passado apresentou com um pedido na Câmara solicitando tal revisão. A Sra. Lívia Rosso Siqueira respondeu que há dois meios para se tratar a questão, que seriam Auditoria e fechar parceria com o Georreferenciamento. Usando novamente da palavra o Vereador Charles Guimarães reclamou que o Georreferenciamento faz um mapeamento incorreto das propriedades citando o exemplo da sua propriedade, que foi mapeada erroneamente, mediram até toldo. Retomando a palavra a Sra. Lívia Rosso Siqueira afirmou que o tipo de trabalho feito depende do pacote que for fechado com a empresa, a tecnologia a ser utilizada. Usando da palavra o Vereador Carlos Roberto Marques Júnior perguntou sobre o prazo para pagamento dos fornecedores da Prefeitura. Usando da palavra o Sr. Agenor Pereira de Camargo disse que seria de 30 dias após emissão da nota fiscal, micro empresa e MEI seguem a ordem cronológica de pagamentos. Sobre os Restos a Pagar está sendo verificado se a obra ou serviço foi feita e entregue, após negociado o pagamento. Retornando a palavra o Sr. Renan Godinho da assistência sobre o fornecimento de livros que foi devolvido o cheque no final de ano, se ficou restos à pagar, se foi feito processo administrativo, se os processos chegam ao Sr. Agenor Pereira de Camargo. Usando da palavra o Sr. Agenor Pereira de Camargo disse que para ele chega somente a ordem para pagamento. Novamente o Sr. Fernando Esteves presente na assistência perguntou sobre as dívidas deixadas pelo ex-prefeito, sobre as providências tomadas junto ao TCE, se ficaram dinheiro em caixa para as obras continuar. Usando da palavra o Sr. Agenor Pereira de Camargo disse que sobre a questão das obras a Secretaria de Obras poderia dar a informação. Usando da palavra o Vereador Carlos Roberto Marques Júnior disse que a verba do Dade do Teatro está em atraso, e sobre a Travessa Oséas era Emenda Pix segundo tinha conhecimento. Usando da palavra o Sr. Agenor Pereira de Camargo disse que o Tribunal de Contas rejeitou contas por não seguir a ordem cronológica de pagamentos. Retornando a palavra o Vereador Paulo César Dias de Moraes disse que as pessoas querem empreender, mas não tem orientação sobre o parcelamento regular do solo, das áreas rurais, quatro meses de gestão, sugeria para aprovação de empreendimentos e regularização fundiária avançar nesse sentido. Retornando a palavra a Sra. Lívia Rosso Siqueira disse que a questão da aprovação de empreendimentos e regularização fundiária envolve as Secretaria de Fazenda, Urbanismo e Obras e não estão parados, estavam



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

correndo atrás para a parceria e viabilização do georreferenciamento, priorizar aonde aplicar primeiro. Usando da palavra o Sr. Eli Valentim Viana – Secretário de Administração disse a população precisa saber que em Ibiúna surge loteamento irregular toda semana. Aparece os oportunistas e não é possível regularizar de forma terceirizada. Na Prefeitura precisam procurar a Secretaria de Desenvolvimento Urbano que tem um setor para regularização e aprovação de loteamentos. Usando da palavra o Vereador Paulo César Dias de Moraes disse que deveria haver um trabalho e força tarefa para fazer o empreendimento de maneira legal. Nesse intervalo o Vereador Paulo César Dias de Moraes assumiu a Presidência dos trabalhos da Audiência Pública. Em seguida usando da palavra o Sr. Antonio Carlos de Moraes presente na assistência perguntou aos Secretários presentes se a Prefeitura iria fazer auditoria, se está providenciando a Auditoria desde o início da gestão, se existe ato, decreto ou portaria determinando, se existe empresa contratada de auditoria nesses quatro meses de gestão. Reassumindo a Presidência da Audiência Pública o Vereador Carlos Roberto Marques Júnior passou a palavra ao Sr. Eli Valentim Viana que disse que desde 02 de janeiro de 2025 todas as Secretarias estão fazendo auditoria interna, organizando e levantando documentação. Está nos planos do Governo essa Auditoria Geral. Retornando a palavra o Vereador Carlos Roberto Marques Júnior solicitou atenção para discutirem e abordarem sobre os números do primeiro quadrimestre. Em seguida usando da palavra o Sr. Alexsandro Souza presente na assistência disse que a tendência era queda de arrecadação nos meses futuros, haveria um plano de contingenciamento. Retornando a palavra o Sr. Agenor Pereira de Camargo disse que a contenção de despesas está sendo feita, o saldo que sobrarão serão feitas obras. Primeiro salários mais encargos, sobrando aplicação em obras. Usando da palavra o Vereador Carlos Roberto Marques Júnior disse que no quadro de arrecadação também está o ISS de R\$ 3.900.000,00 que compõem as receitas. Não havendo mais perguntas dos presentes, encerrando a Audiência Pública o Sr. Carlos Roberto Marques Júnior – Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento passou a palavra aos Secretários presente para as considerações finais. Usando da palavra os Secretários presentes Sr. Agenor Pereira de Camargo, Sra. Livia Rosso Siqueira e Sr. Eli Valentim Viana agradeceram a recepção e colocaram-se à disposição para esclarecimentos que porventura foram necessários na Prefeitura. Finalizando a Audiência Pública o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento agradeceu a presença dos representantes do Executivo esperando que no mês de setembro futuro tenham também números bons das finanças municipais, agradeceu aos Vereadores que participaram da Audiência Pública, e deu por encerrada a presente Audiência Pública de que para constar eu, Amauri Gabriel Vieira – Secretário do Processo Legislativo, lavrei a presente Ata, que após lida, vai assinada pelo Sr. Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Secretários do Executivo e demais presentes.


Agenor Pereira de Camargo
Secretário de Finanças